

Uma história de luta

Desde o início da capital, a fixação dos setores mais pobres se deu por meio de movimentos de resistência

ANA HELENA PAIXÃO

DA EQUIPE DO CORREIO

chamado de Juscelino Kubitschek foi atendido não só pelos homens em busca de trabalho e de aventura. Mas também por mulheres, velhos e crianças que, apesar das restrições governamentais, lutaram para aqui se fixar.

As construtoras ofereceram acampamentos aos trabalhadores. Mesmo sem desejar a presença de mulheres no imenso canteiro de obras, os responsáveis pela construção permitiram que as famílias dos cidadãos se fixassem em vilas e invasões que nasciam ao redor dos alojamentos oficiais. Ninguém parecia se importar com o fato de a população local ter saltado de 6 mil habitantes, no final de 1956, para 12.283 em julho de 1958 e para 28,8 mil oito meses depois. Em maio de 1959, eram 64.314 pessoas. Imaginava-se que, finda a construção, a maioria iria embora.

"Mas ir para aonde? Quem veio para cá não tinha nada na terra que deixou. Se, como dizia JK, construíssemos a capital de todos os brasileiros, Brasília também era nossa. Começava a luta dos cidadãos para ficar na cidade que haviam construído", recorda o comerciante mineiro Geraldo Resende de Carvalho, 72 anos, em Brasília desde 1957. Uma história de resistência que ainda não terminou. A exemplo dos primeiros migrantes, ainda hoje as famílias que chegam à capital precisam brigar com o governo para ter o direito de viver na terra prometida. Foi o que ocorreu no Núcleo Bandeirante, vilas Planalto e Telebrásilia, na Ceilândia, no Paranoá. É o que acontece hoje nas duas maiores invasões do DF, Itapuã e Estrutural, que passam por processo de regularização depois dos anos de recusa dos moradores em mudar para assentamentos em outras cidades.

"Não há números precisos, mas estimamos que o déficit habitacional do DF seja de 100 mil moradias, tanto para os pobres quanto para a classe média", calcula o presidente da Câmara de Valores Imobiliários do DF (CVI), Frederico Attié. "Brasília sempre será um polo atrativo. As pessoas vêm, brigam, consolidam uma cidade. Mas, com o passar dos anos, seus filhos não têm condições de se manter naquele lugar. Vão para outros, como o Itapuã, e começa tudo de novo."

Para a professora do Núcleo de Estudos Urbanos e Regionais da UnB, Ana Maria Nogales, trata-se de um fenômeno comum à formação das cidades brasileiras. "Ocupações assim ocorreram em todas as cidades do país que tiveram um crescimento rápido. A diferença é que aqui sempre teve uma política pública de criação de cidades para abrigar quem não cabia no projeto original", ressalta. Se no começo as pessoas queriam participar da aventura da construção e tinham o sonho de enriquecer, hoje migram para fugir da miséria ab-

Monique Renne/Especial para o CB



REENCONTRO DE PIONEIROS DO PARANOÁ, CEILÂNDIA E DAS VILAS PLANALTO E TELEBRASÍLIA: ELES ACREDITARAM NO SONHO DE JK E COMPARTILHARAM PASSADO DE LUTA POR MORADIA

soluta. "Se Brasília está gripada, o resto do país tem pneumonia. Falta cidadania, mas ninguém morre de fome aqui. Não mesmo", completa Attié.

Para os dois especialistas, o desafio que se apresenta aos governantes de hoje é investir na cidadania de quem aqui vive e em políticas públicas de distribuição de riquezas pelo país. "Se tiver emprego perto da família, para que as pessoas vão migrar? A solução para a cidade passa pela geração de emprego e renda em todas as cidades brasileiras", ressalta o presidente da CVI.

Uma cidade livre

Os responsáveis pela logística da construção da nova capital (técnicos da Novacap) planejaram uma porta de entrada para os trabalhadores que chegassem à nova capital. Um centro comercial, com apenas duas avenidas, previsto para existir

durante quatro anos – tempo suficiente para a conclusão de Brasília. De 1956 a 1960, a Cidade Livre abrigou hotéis de madeiras para os recém-chegados, restaurantes, bares, prostíbulos, e pôs à venda toda espécie de gêneros e materiais básicos, num misto de feira e almoçoarifado.

Sete meses depois de implantada, em julho de 1957, ali já existia mais de uma centena de construções e de mil pessoas em atividade. No final do mesmo ano, eram 2 mil pessoas. O espaço tornou-se pequeno para tamanho movimento. Surgiram, ao redor da Cidade Livre, os acampamentos Metropolitana e Candangolândia, além de várias invasões. Com o tempo, os moradores criaram amor e raízes pelo lugar. Passaram a achar o termo "livre" pejorativo e a se referir ao local como Núcleo Pioneiro – estava lançada a raiz do que viria a ser o Núcleo Bandeirante.

Quando Brasília foi inaugurada, a população do local era de 20 mil pessoas, entre moradores e população flutuante. Começavam aí as pressões para a transferência da comunidade para a Asa Norte, Taguatinga e Gama. Houve incêndios suspeitos em várias construções – o que os moradores entenderam como forma de pressão velada para que desocupassem a área. A comunidade reagiu, durante o governo de Jânio Quadros, exigindo a fixação como uma cidade-satélite, a exemplo do Gama e de Taguatinga. As constantes passeatas dos pioneiros e ações junto às autoridades resultaram na fixação da cidade, em 20 de dezembro de 1961, a partir de uma lei federal. O Núcleo Bandeirante é a única cidade do DF criada por lei do Congresso Nacional e sancionada por um presidente da República. Mas a medida não impediu o crescimento de invasões e povoados entre o Núcleo Bandeirante e o Plano Piloto.